

Processo: RO 5721/01

Data de Publicação: 10/08/2001

Órgão Julgador: Primeira Turma

Juiz Relator: Exmo Juiz Marcus Moura Ferreira

RECORRENTES: 1) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRÁS
2) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3a. REGIÃO
RECORRIDOS: OS MESMOS e SINDIPETRO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
DE DESTILAÇÃO REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA - POSSIBILIDADE - O pedido liminar formulado com base nas Leis 7.347/85 e 8078/90 possui a mesma natureza da tutela específica prevista no artigo 461/CPC, que apenas generalizou a concessão de tutela antecipatória para todas as obrigações de fazer ou não fazer. Em sendo assim, a concessão da tutela antecipada pelo d. Juízo *a quo* não traduz julgamento *extra* ou *ultra petita*.

INQUÉRITO CIVIL - NATUREZA INQUISITORIAL - O inquérito civil, colimando a apuração de fatos relevantes que possam servir ao Ministério Público para que este proponha a ação civil, tem natureza inquisitorial, por isso que a ele não se aplicam os rigores do contraditório; trata-se de peça apenas informativa, informal, tanto que o Ministério Público pode dele prescindir para ajuizar a ação civil pública.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROCEDÊNCIA - É procedente o pedido deduzido em ação civil, para que se fixem obrigações de fazer, à vista de comprovada inobservância, pela empresa, de normas imperativas de segurança do trabalho. É, com efeito, direito dos trabalhadores, constitucionalmente assegurado, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. (CR, art. 7º, XXII).

0099500-91.2009.5.03.0106 RO

Data de Publicação: 08-06-2010

Órgão Julgador: Decima Turma

Tema: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Relator: Convocada Wilméia da Costa Benevides

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VALOR PROBANTE DOS ELEMENTOS REUNIDOS PELO PARQUET EM SEDE DE PRÉVIO INQUÉRITO CIVIL. Os elementos reunidos pelo *Parquet* em sede de Inquérito Civil (ICP) devem ser avaliados como provas pelo Judiciário na seara da posterior

correspondente Ação Civil Pública. Não se tratam de dados meramente unilaterais e destituídos de valor probante uma vez que o d. MPT, quando os colhe, encontra-se no exercício de munus publicum conforme disposição expressa no art. 127 da CR. Ao contrário, referidas provas gozam de presunção juris tantum "de certeza" de acordo com Xisto Tiago de Medeiros Neto (artigo A fase probatória na Ação Coletiva Trabalhista, publicação da obra Ação Coletiva na Visão de Juízes e Procuradores do Trabalho - LTr; 2.006). Esclarece o doutrinador que "as provas obtidas no âmbito do inquérito civil ou de procedimento de investigação, pela natureza administrativa e formal de que se revestem, e estando sob condução exclusiva de órgão da estrutura do Estado (Ministério Público), ao qual a Constituição da República atribui a incumbência da defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127), traduzem a validade própria do ato administrativo, presumindo-se, pois, a sua legitimidade e verossimilhança", não se equiparando, "dessa maneira, com as provas elaboradas unilateralmente pelo particular, que é parte interessada e parcial, titular do direito material, em sede de uma demanda individual" (p. 275). Relembra, ainda, que "os atos praticados pelo Parquet nessa atuação investigatória guardam, por sua natureza administrativa, conformação com os limites impostos pelo ordenamento jurídico e também os princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade, da publicidade (com a possibilidade de restrição motivada, em face de exigência do interesse público), da eficiência e razoabilidade, o que se erige como ponto de contenção à discricionariedade das iniciativas, em garantia da legalidade dos objetivos almejados pela investigação" (p. 276).